

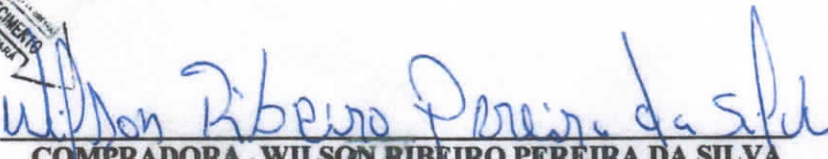
## COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE UM TERRENO

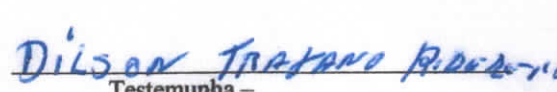
Pelo presente instrumento particular de compromisso de compra e venda de um lado a Sr **MARIA TRAJANO LUSTOSA**, brasileira, cearense, portadora do RG nº 3914441 SSP/CE e CPF nº 579.043.322-72, residente e domiciliado neste município de Ipixuna do para PA, de ora em diante chamado simplesmente de **VENDEDORA** e de outro lado o Sr **WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, paraense, portador do RG nº 2148608 PC/PA e CPF nº 363.033.302-82, residente e domiciliado neste município de Ipixuna do Pará PA, de ora em diante chamado simplesmente de **COMPRADOR**, entre si, como justo e contratado o que segue:

- 1º - A **VENDEDORA** é legítima proprietária e possuidora de um imóvel que assim se descreve e caracteriza: **um terreno medindo 11m de frente por 14m nos fundos, localizado na Tv. Rui Barbosa, Bairro centro, neste município de Ipixuna do Pará/PA.**
- 2º - A área em apreço possui figura geométrica de 4 lados, limitando pela lateral direita com O Srº Wilson Ribeiro, lateral esquerda com Raimundo Carvalho Pereira e pelos fundos com o srº Alvilina Rosa.
- 3º - O referido imóvel não possui escritura.
- 4º - O preço certo e ajustado na venda ora prometido é de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) pagos da seguinte forma: **avista o qual a VENDEDORA confessa e declara haver recebido e concordado com o COMPRADOR, conforme este documento assinado pela VENDEDORA e entregue ao COMPRADOR.**
- 5º - A partir da data de assinatura do presente contrato, correrão por conta exclusivas do **COMPRADOR**, todos os impostos, taxas ou contribuições fiscais de qualquer natureza incidentes sobre o imóvel objeto deste contrato. Cessando também, para a **VENDEDORA**, toda e qualquer responsabilidade sobre a área negociada.
- 6º - O **COMPRADOR**, por si, poderá ceder ou transferir os direitos que lhe decorrerem deste contrato, independentemente da anuência da **VENDEDORA**.
- 7º - O presente contrato é celebrado sob a condição expressa de sua irrevogabilidade e irretratabilidade. Renunciando aos contratantes expressamente a faculdade de arrependimento concedida pelo artigo 1095 do Código Civil.
- 8º - Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorrerem deste contrato, as partes elegem o foro desta comarca, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9º - Para todos os fins e feitos de direitos, os contratantes declaram aceitarem o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.
- 10º - E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e conhecidas das partes, que também o assinam.

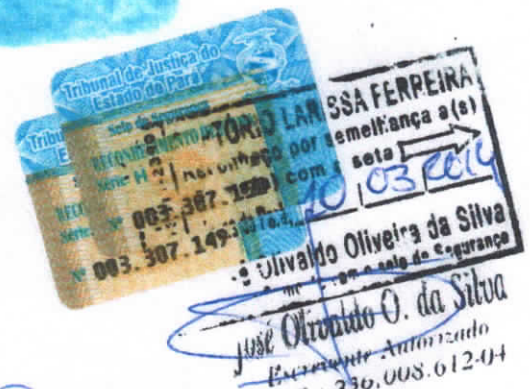
Ipixuna do Pará, 10 de Março de 2014.

  
VENDEDORA - MARIA TRAJANO LUSTOSA

  
COMPRADORA - WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

  
Testemunha -

  
Testemunha -



VALIDO SOMENTE COM  
SELO DE SEGURANÇA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
POLÍCIA CIVIL  
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO

10.856.166

10.856.166

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROMISSO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2148608 2 VIA 15/0

WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA  
MARIA RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

S D DO CAPI PA 08/01/1971

CASATEN-IPIXUNA PA  
NUM:1047 LIV:03 FOL:228

363033302-82

488.735

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

320

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0010

ASSINADO ELETRONICAMENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

08/01/1971 0223 1135 1394 049 0135

IPIXUNA DO PARÁ 01/05/2010

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA  
PRESIDENTE DO TRE PA

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

WILSON RIBEIRO P DA SILVA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

363033302 82

WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

08.01.71

ASSINATURA

WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

SEJA VÁLIDA SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

237/0898 7

23/02/89

0372 3320 3162 0200

WILSON R P SILVA

0005-01 000201565-0

Banpará

6372 3320 3162 0200

6372

Cliente desde 11/04 Validade 01/24

WILSON R P SILVA

0005-01 000201565-0

CARD





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**CERTIDÃO NEGATIVA****Nº. 0002460****Informações do Contribuinte**

REDUZIDO - INSCRIÇÃO DO IMÓVEL <b>839 - 01.02.017.0329.003</b>	NOME DO CONTRIBUINTE <b>WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA</b>	CPF/CNPJ <b>363.033.302-82</b>
---	--	-----------------------------------

**Endereço do Fato Gerador - Imóvel**

LOGRADOURO <b>TRV RUI BARBOSA</b>	NÚMERO <b>146</b>	EDIFÍCIO	APTO. / SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO <b>CENTRO</b>	CEP	MUNICÍPIO UF <b>IPIXUNA DO PARÁ PA</b>	LOTEAMENTO	QUADRA LOTE

**Endereço do Contribuinte**

LOGRADOURO <b>TRV RUI BARBOSA</b>	NÚMERO <b>138</b>	Nº DO CEP <b>68637000</b>	BAIRRO <b>CENTRO</b>
MUNICÍPIO <b>IPIXUNA DO PARÁ</b>	UF <b>PA</b>	EDIFÍCIO	APTO. / SALA

NOME DO REQUERENTE <b>WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA</b>	Nº. DOCUMENTO <b>363.033.302-82</b>
FINALIDADE DA CERTIDÃO	

OBSERVAÇÕES  
REF. A CND DE IPTU

**Data de Emissão: 19/11/2024****Data de Validade: 17/02/2025**

De acordo com a Lei Municipal nº. 166 de 9 de dezembro de 2005, que institui o Código Tributário deste Município, **CERTIFICAMOS QUE**, revendo os livros de lançamentos desta Prefeitura, o contribuinte acima descrito, **NÃO POSSUI DÉBITO TRIBUTÁRIO** de sua responsabilidade do **CADASTRO** acima, ressaltando o direito da Fazenda Municipal de cobrar dívidas que venha a ser apuradas, nos períodos que a Lei acima permitir.

Nada mais havendo, o referido é verdade do que dou fé.

Ipixuna do Pará (Pa), 19 de NOVENBRO de 2024



**NÚBIA ANDRADE GONÇALVES**  
**DIRETORIA DE TRIBUTOS**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA**  
**CPF: 363.033.302-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:30:11 do dia 25/06/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 22/12/2024.

Código de controle da certidão: **F5BA.FDF9.6A13.977C**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA****Nome:** NÃO CONSTA**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CPF:** 363.033.302-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 13:48:51 do dia 25/11/2024**Válida até:** 24/05/2025**Número da Certidão:** 702024082073907-3**Código de Controle de Autenticidade:** BF2065DF.4737E385.42634A43.5028447F**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

## SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDÃO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** NÃO CONSTA**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CPF:** 363.033.302-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 13:48:51 do dia 25/11/2024**Válida até:** 24/05/2025**Número da Certidão:** 702024082073908-1**Código de Controle de Autenticidade:** 3415C1A3.710ED367.6CAEA103.25B4CBB9**Observação:**

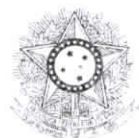
- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA

CPF: 363.033.302-82

Certidão nº: 81438929/2024

Expedição: 25/11/2024, às 13:53:38

Validade: 24/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que WILSON RIBEIRO PEREIRA DA SILVA, inscrito(a) no CPF sob o nº 363.033.302-82, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.